

**A economia rural periurbana ou inovação em periferia: o caso de Montpellier (França)**  
Rural periurban economy or innovation on the periphery: the case of Montpellier (France)  
*La economía rural periurbana o innovación en periferia: el caso de Montpellier (Francia)*

Elodie Valette  
Université de Paris VII – Denis-Diderot

contato: elodie.valette@club-internet.fr

**Resumo:** O desenvolvimento dos territórios rurais periurbanos é dependente das dinâmicas urbanas, sobretudo no que se refere aos transportes e à alocação de recursos. Neste estudo, analisam-se as especificidades dos territórios periurbanos, no tangente à criação de uma dinâmica econômica local. Para tanto, consideram-se territórios rurais situados na periferia de Montpellier, França, com base em pesquisa qualitativa realizada entre os atores do processo de desenvolvimento que se verifica, nas duas últimas décadas, em uma região anteriormente afetada por um acentuado processo de êxodo rural.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Rural; Territórios periurbanos; Êxodo rural.

**Abstract:** The development of the rural periurban territories is dependent on urban dynamics, above all in that which refers to transport and the allocation of resources. In this study, the specifics of periurban territories is analyzed, bordering on the creation of a local economic dynamic. For this, rural territories situated on the periphery of Montpellier, France, have been studied based on qualitative research carried out among the actors of the process of development which has been verified over the last two decades, in a region previously affected by an accentuated process of rural exodus.

**Key words:** Rural development; Periurban territories; Rural exodus.

**Resumen:** El desarrollo de los territorios rurales periurbanos depende de las dinámicas urbanas, sobre todo en lo que se refiere a los transportes y a la locación de recursos. En este estudio, se analizan las especificidades de los territorios periurbano, referente a la creación de una dinámica económica local. Por lo tanto, se consideran territorios rurales situados en la periferia de Montpellier, Francia, con base en pesquisa cualitativa realizada entre los actores del proceso de desarrollo que se verifica, en las dos últimas décadas, en una región anteriormente afectada por un acentuado proceso de éxodo rural.

**Palabras claves:** Desarrollo Rural; Territorios periurbanos; Éxodo Rural.

## Considerações iniciais

Em um mundo em que se fortalece a hegemonia das metrópoles, em que as áreas urbanas concentram a maior parte da população, assim como também concentram as atividades econômicas e culturais, qual é o lugar destinado aos territórios rurais periurbanos? Espaços situados em margem aos processos de urbanização, eles parecem se encontrar em situação de territórios periféricos, e posicionam-se não apenas à margem das dinâmicas urbanas, mas também em dependência em relação a essas, sobretudo no que tange a transportes e recursos. Essa situação constitui um freio aos empreendimentos, ao estabelecimento de atividades econômicas integradas às dinâmicas mundiais – por carências em termos de logística e de transporte, além da ausência do efeito de aglomeração.

Quais são as características específicas que os territórios rurais periurbanos devem valorizar para que possam facilitar a emergência de uma verdadeira dinâmica econômica local? Quais estratégias os diferentes agentes ou atores econômicos e sociais podem elaborar para permitir que seu espaço de vida e de trabalho subsista, ou até mesmo se desenvolva?

Estas são as questões que este artigo se propõe a responder, com exemplos tomados aos territórios rurais periféricos à aglomeração de Montpellier, na França. Talvez se possa considerar os territórios rurais periurbanos como territórios metropolizados com baixa densidade demográfica, plenamente inseridos nas dinâmicas dos novos territórios urbanos, ainda que conservem o essencial de suas características rurais e locais. Este texto defende a tese de que eles constituem, nessa perspectiva, territórios privilegiados para a emergência de inovações econômicas e sociais.

## Territórios Rurais Periurbanos em Montpellier: dinâmicas inovadoras

Este estudo refere-se aos cantões de Saint Martin de Londres e de Claret, situados ao norte de Montpellier. O primeiro encontra-se aproximadamente a trinta quilômetros da aglomeração e conta com uma população média de 3.700 habitantes. É um cantão situado em uma paisagem árida, com subsolo calcário e uma vegetação arbustiva, fato que dificilmente poderia valorizá-lo. O segundo cantão conta com 4.600 habitantes, e, nele, a exploração agrícola é menos árdua, em particular quanto aos vinhedos, sua principal atividade.

Em ambos os cantões, a densidade populacional é fraca. Contudo, entre 1980 e 2000, observou-se um renovamento demográfico, que se explica não apenas por um saldo migratório positivo: os habitantes que recentemente aí se estabeleceram contribuem para recriar uma dinâmica de reprodução natural da população dos vilarejos.

Esse crescimento demográfico acompanha-se de uma urbanização dos respectivos vilarejos. Os recenseamentos decenais demonstram um crescimento do número de residências principais e secundárias, fato que ocorre de forma regular desde 1970. Trata-se de construções individuais vizinhas aos núcleos do vilarejo, renovações de fazendas ou de antigos prédios no centro do vilarejo. O processo é ainda recente: há poucos loteamentos de casas individuais normalizados, tal como os que se vêem nos vilarejos periurbanos mais próximos da aglomeração de Montpellier.

Em 1970, apesar da remanescência de algumas atividades agrícolas (bovinocultura, oleicultura, vinicultura), a região estava em franca decadência, com a economia extremamente fragilizada após a crise da filoxera, que reduziu a nada uma dinâmica local completamente baseada na monocultura vinícola. Ao se tornar quase um deserto humano em certos locais, sua principal função tornou-se a de acolher a população de Montpellier para passeios.

O movimento de periurbanização, iniciado no princípio dos anos 70 com a implantação de comunidades neo-rurais – até hoje presentes –, especializou-se e ampliou-se, no início dos anos 80, com a ampliação da aglomeração de Montpellier e com a criação de inúmeros empregos assalariados no setor de serviços, ligados principalmente à implantação da empresa de informática IBM. Os vilarejos periféricos à aglomeração receberam assim um número cada vez maior de novos habitantes, em sua maioria assalariados em Montpellier. Inúmeros conflitos resultaram dessa transformação do uso do solo (CADENE, 1986).

A atividade econômica e agrícola é reduzida, contudo presente, ainda que de forma distinta em cada um dos cantões de que tratamos neste texto. Com efeito, a revalorização do vinhedo a partir de meados

dos anos 80, por intermédio do plantio de uvas A.O.C. (Denominação de Origem Controlada<sup>1</sup>), relançou a economia da região vinícola. Ainda que as explorações agrícolas sejam frágeis e reduzidas, o cantão de Claret tem uma expressiva atividade agrícola, enquanto o cantão de Saint Martin de Londres – à imagem do conjunto dos territórios dessa região árida – apresenta uma atividade econômica e agrícola mais fraca, ainda que mais diversificada: um pouco de bovinocultura e alguns oliveirais destinados à produção de azeite de oliva. A reconquista demográfica opera-se dessa forma em um território com economia fragilizada.

Os vilarejos de ambos os cantões situam-se, em média, a vinte e cinco ou quarenta minutos de Montpellier. Estão próximos de centros de saúde, de centros de educação, de estruturas de lazer, de consumo, de cultura, assim como de uma rede de empregos igualmente abrangente. Esses territórios locais de fraca densidade demográfica são, portanto, espaços rurais, mas também se encontram integrados, em primeira instância, nas dinâmicas de aglomeração de Montpellier; por outro lado, integram-se em um conjunto regional urbano mais amplo – uma “área metropolitana fragmentada” (VOLLE, 1996) –, que se estende de Marselha a Perpignan, numa larga faixa litoral mediterrânea que se inscreve entre a Itália, a Espanha e o restante da Europa, e segue pelo corredor ao longo do rio Rhône. Essa região urbana quase descontínua agrupa populações, atividades tradicionais, atividades inovadoras, meios de comunicação e de transporte. A mobilidade espacial é bastante generalizada para o conjunto da sociedade e permite uma relação privilegiada entre as diferentes partes desse conjunto metropolitano, por meio da circulação de pessoas, de produtos, de informação etc.

Os territórios ao norte de Montpellier distinguem-se simultaneamente por sua inserção nas dinâmicas da ampla metrópole mediterrânea, por seu pertencimento aos territórios da zona semiárida e pela proximidade com a aglomeração de Montpellier. Eles constituem sistemas territoriais complexos e ambivalentes, no qual se combinam escalas locais, regionais e globais: lógicas locais do vilarejo e do cantão, dos territórios

administrativos e dos territórios vivenciados; mas lógicas também da aglomeração; lógicas regionais da ampla região urbana mediterrânea; e, por fim, lógica mundial ou global. Esse conjunto opera nas práticas e nas representações dos habitantes, impregnados pela urbanidade e pela nova norma espaço-temporal determinada pela mobilidade social e espacial.

Perímetros e competência institucionais se superpõem e revelam as dificuldades de escolhas – indispensáveis – entre a valorização das características locais dos territórios e a dependência em relação à aglomeração próxima. Essa ambivalência é também identitária. A cidade, lugar de trabalho e de consumo, constitui um forte referente identitário para todos os indivíduos, e mais particularmente para os periurbanos. Da mesma maneira, o espaço rural, assim como o conjunto de imagens dessa região semiárida – tal como se constroem e se mantêm no imaginário coletivo –, constituem um outro forte referente identitário para os residentes periurbanos.

Assim, esses territórios complexos e indeterminados solicitam iniciativas de atores, e exigem, sobretudo, que se estabeleçam iniciativas econômicas de forma a solidificar a posição do território e a viabilizá-lo o acesso à autonomia territorial. Tais territórios também permitem a emergência de iniciativas pelas mesmas razões: em seu interior, a margem de manobra é grande e as iniciativas dos agentes inovadores não se sujeitam nem se limitam ao sistema local solidamente determinado e, ao mesmo tempo, desencorajador de projetos.

### **A coexistência da mobilidade e do território local: uma especificidade-recurso**

Esses territórios locais metropolizados parecem aptos a se tornarem o local privilegiado de inovação social, pois eles são, ao mesmo tempo, fracos em identidade própria e fortes pela sua proximidade em relação aos territórios dominantes. Ambivalência e complexidade tornam-se, dessa forma, vantagens e recursos para o território, os quais serão mobilizados pelos atores locais. Entre esses atores, dois grupos se distinguem. O pri-

meiro, formado por neo-urbanos, estabelece atividades que se servem das vantagens cumulativas tanto da proximidade em relação às redes urbanas quanto dos baixos custos de locais e terrenos. Nesse âmbito, as tele-atividades desenvolvem-se de forma cada vez mais intensa: além das atividades de tele-trabalho tradicionais (edição, jornalismo, etc.) que sempre estiveram presentes, também as empresas de serviços informáticos (desenvolvimento de programas, criação de home-page, logística, gestão de material, etc.) encontram, ao se implantarem em espaço rural periurbano, uma localização otimizada para suas atividades, as quais não exigem o estabelecimento em centros de redes urbanas (VALETTE, 2003). O segundo grupo é formado por aqueles que concebem e utilizam o território em sua mais ampla acepção, e valorizam a ambivalência da organização territorial para o estabelecimento de atividades econômicas. Esses detentores de projeto são o objeto principal desta pesquisa, e junto a eles realizamos as pesquisas de natureza qualitativa (com 54 entrevistas realizadas entre janeiro de 1999 e março de 2002) centradas na noção de projeto pessoal e na inserção desses projetos no território.

### **A mobilidade, aspecto essencial para a iniciativa**

No processo de estabelecimento de uma atividade econômica local, o papel da mobilidade é crucial. As atividades apóiam-se também no baixo custo e nas amplas dimensões dos terrenos e das habitações disponíveis, assim como na inserção em dinâmicas urbanas, inserção garantida pelo acesso facilitado à aglomeração e à infraestrutura de transporte que liga a região ao resto do país (redes rodoviária, ferroviária e aeroviária). Residir em um espaço rural periurbano abre aos detentores de projeto um campo de ação que lhes estava fechado no interior da aglomeração de Montpellier, ou de qualquer outra.

A mobilidade espacial facilitada, que marca tanto as práticas dos residentes periurbanos quanto aquelas do conjunto da sociedade, permite a difusão de produtos: assim, os produtores locais de queijo de cabra, de azeite de oliva, de azeitonas, entre

outros, vendem sua produção aos supermercados periféricos de Montpellier e nos mercados regionais próximos. No sentido inverso, a mobilidade também permite, aos consumidores e clientes provenientes da cidade ou da região, o acesso ao território periurbano. É, em particular, o caso dos serviços propostos localmente na região em estudo: infraestruturas como o Centro de Vôo Livre, mas também as festas e os eventos organizados esporadicamente nos vilarejos, recebem clientes provenientes de várias origens. A mobilidade encontra-se assim no centro do processo de desenvolvimento da atividade econômica.

As características rurais dos territórios locais inscrevem-se, assim, nas formas e na natureza da economia rural periurbana emergente. Os territórios constituem, por um lado, uma reserva de espaço próprio ao estabelecimento de atividades de lazer. Por outro lado, ligam-se à imagem de uma certa qualidade de vida ou autenticidade, valores que se impõem cada vez mais como essenciais para a população urbana, em busca de laços e de pontos de amarra para sua existência. Os atores locais se especializam, dessa forma, nas atividades de lazer ou de turismo ecológico: o Centro de Vôo Livre, por exemplo, assim como várias chácaras com cavalos e trilhas para passeios, ilustram, com muita adequação, essa utilização da reserva de espaço e de ar livre representado pelo espaço periurbano. Outras atividades baseiam-se na utilização das qualidades específicas e da imagem particularmente valorizada do território rural junto aos consumidores: produção e distribuição de produtos locais, sejam eles queijos de cabra ou artesanato, um restaurante regional ou uma editora de livros sobre a história local. Essas atividades correspondem, nessa perspectiva, à demanda urbana circunjacente, e sempre procuram valorizar, ao máximo, os recursos simbólicos e concretos disponíveis.

Esses novos residentes são também conscientes do paradoxo de que assumem, por certo, um território local, mas, igualmente, um território inserido na dinâmica da cidade próxima, habitada por pessoas com elevada mobilidade e multiconectadas a amplas redes de sociabilidade, de território percorrido,

espaço em mutação. Os projetos que nos foram relatados – projetos em andamento, realizados ou malogrados – revelam essa tomada de consciência do potencial do território e o desejo de empreender ações adequadas aos ambivalentes recursos disponíveis.

As atividades exercidas baseiam-se – e assim se precavêm – da ambivalência dos territórios: elas valorizam a mobilidade ou as amarras territoriais – ou ambos –, no estabelecimento das atividades econômicas. Quais são suas formas particulares? Haveria uma dinâmica específica da economia rural periurbana?

A impossibilidade de estabelecer uma economia concorrencial frente à economia produtivista dominante obriga os empreendedores à invenção de práticas inovadoras, com vistas à criação de atividades viáveis e duráveis. Tais práticas também visam a atenuar o problema da localização dos territórios periurbanos, pela valorização dessa própria falha: nem cidade, nem campo.

Todas essas atividades individuais organizam-se de forma bastante semelhante. A dupla atividade ou pluriatividade são frequentes, e as diferentes implicações profissionais completam e correspondem a um projeto de vida preciso e longamente refletido. Da mesma forma, a distinção entre vida privada e vida profissional não é mais estritamente respeitada, pois os tempos, os lugares e as tarefas se permeiam, se confundem. Todas essas atividades – inscritas em um projeto pessoal – organizam-se em torno e em função da mobilidade espacial e social, em busca de utilização otimizada das vantagens concretas ou simbólicas do território periurbano.

A atividade-tipo organiza-se da seguinte maneira: um número bastante reduzido de pessoas – entre uma e três, em associação familiar ou amical – trabalha em domicílio e desenvolve uma atividade que, frágil ou principiante, associa-se, com frequência, a uma outra atividade do mesmo ramo ou a um emprego assalariado na cidade. O exemplo de um casal de parisienses recém chegado ilustra, com perfeita adequação, o conjunto das situações que podem ser encontradas. Técnicos intermitentes do ramo de espetáculos em Montpellier, o casal aluga um apartamento no vilarejo

chamado Mas de Londres. Eles realizam suas atividades precárias e descontínuas em paralelo a uma outra atividade independente: a mulher cria coleções de roupas em linho que são posteriormente vendidas em salões de exposição das regiões vizinhas; seu marido reabilita três oliveirais que lhe pertencem e projeta produzir, a médio prazo, seu próprio azeite, que se ofereceria em um lugar de venda que também seria um pequeno “museu do azeite”. Portanto, as diferentes situações, sejam elas quais forem, refletem arranjos pessoais frente à modernidade e ao espaço, mas também frente ao tempo e à necessidade de uma renda satisfatória.

### Inovações Organizacionais

Além das modalidades pessoais de criação e estabelecimento de atividades econômicas, surgem também inúmeras inovações que visam adaptar ou modificar a própria organização da atividade econômica: essas são as “inovações organizacionais”. No que concerne o problema periurbano ao norte de Montpellier, essas inovações visam inicialmente a perenização e a estabilização das atividades, e também o seu desenvolvimento. Dessa forma, essas inovações buscam valorizar a proximidade de um mercado de consumidores urbanos, a presença sazonal de turistas, e também os recursos rurais dos territórios.

Esse gênero de procedimento solicitou, inicialmente, um trabalho efetivo sobre os próprios produtos, assim como a criação de uma imagem valorizada dos produtos e/ou do território. As inovações concernem, portanto, o estabelecimento e a sistematização de processos, cujos objetivos são, por um lado, a normalização do produto ou do serviço oferecido, e a garantia de sua reprodução normalizada; por outro lado, o objetivo é a melhoria da qualidade, mas em um contexto alternativo ao produtivismo. Um vinicultor indica, por exemplo: “Eu elevei a casta das uvas, replantei completamente em A.O.C. (denominação de origem controlada). As colheitas são feitas à mão, abandonamos a vindima mecânica”. Essa busca de qualidade acompanha-se, por vezes, de uma diversificação do tipo de produtos e de serviços: os queijos de cabra foram então

oferecidos em vários formatos e afinações; da mesma forma que vinhos e azeitonas.

A hospedagem de turistas em residências particulares (prática muito comum na Europa) ampliou o leque de fórmulas anteriormente propostas, incluindo possibilidades próximas da hotelaria convencional. Também a imagem dos produtos foi igualmente trabalhada: o engarrafamento ou a embalagem foram estandartizados e melhorados. A renovação ou a construção de moradias destinadas ao aluguel temporário, à hotelaria, também receberam uma acentuada atenção. De forma geral, uma estetização do espaço no qual os serviços são oferecidos operou-se de forma ampla. Por fim, um trabalho de estandartização, com vistas a corresponder às normas de segurança e de higiene, foi realizado pelo conjunto dos empreendedores: as estruturas de produção e de serviço foram assim modificadas e melhoradas. Dessa forma, nos anos 80 e início dos anos 90, desenvolveu-se, nesses territórios, um importante trabalho no tocante à qualidade dos produtos e serviços, por um lado, e no que se refere ao reconhecimento desses aspectos, por outro lado, trabalho que permanece atual.

Desde então, os produtores locais desenvolvem um outro tipo de inovação organizacional: a passagem a sistemas de venda direta ao consumidor. Essa prática baseia-se na atração natural exercida pelos territórios locais e pela qualidade dos produtos oferecidos, com o objetivo de reduzir custos e fidelizar uma clientela com produtos deliberadamente distintos daqueles que são propostos pelos hipermercados ou circuitos clássicos de comercialização. A implantação de tais sistemas de venda direta – nos próprios locais de produção ou entregues em domicílio – acompanha-se de um trabalho qualitativo, tal como descrito acima. Ao sublinharem suas diferenças em relação às grandes redes de distribuição, os produtores justificam um preço mais elevado.

O percurso de um criador de gado de Saint Jean de Buèges exemplifica a complexidade desse tipo de iniciativa. Diante da impossibilidade de continuar a desenvolver sua atividade segundo os circuitos clássicos de produção e de comercialização, esse criador tomou a iniciativa de modificar as

condições de criação e de distribuição da carne bovina. Uma carta individual de compromisso público foi inicialmente firmada, assentando os estritos critérios de criação e garantindo a origem e as condições de produção da carne: “criação extensiva ao ar livre integral”, “exclusivamente de bovinos da raça Albrac”, reza o compromisso. Além do mais, o sistema de comercialização foi modificado. Deixando de vender a carne a atacadistas, o criador tomou a decisão de assumir também a estrutura comercial. O criador informa que o sistema de distribuição inicial baseou-se na “venda direta a clientes particulares”, com “lotes de três quilogramas compostos de peças a grelhar e de peças a cozinhar”, preparados e vendidos na oficina de corte, ou entregues gratuitamente, por encomenda, no conjunto dos cantões próximos. Esse sistema de lotes foi recentemente modificado, afim de “melhor responder a demanda dos clientes”. Também uma venda a varejo é hoje oferecida: o criador pôde operar esta última modificação após ter fidelizado uma clientela grande o suficiente para assegurar a continuidade de sua atividade.

Esse tipo de encaminhamento foi seguido pelos produtores de queijo de cabra nos vilarejos de Notre Dame de Londres e Mass de Londres, mas também por vinicultores que agora propõem uma venda em suas próprias caves. Da mesma maneira, os ateliês de artesãos e de pintores abrem-se aos visitantes. O vilarejo de Viols-le-Fort abriga uma dezena de ateliês de oleiros. O vilarejo de Claret tem dois profissionais dedicados ao artesanato em vidro. Observa-se um trabalho coletivo para se criar um forte laço simbólico entre a prática artesanal e o território árido da região. Quanto às atividades impossibilitadas de explicitarem seus laços para com o território, esse tipo de procedimento é difícil de se realizar.

Os procedimentos de valorização de produtos e de modificação do sistema de comercialização inscrevem-se no modelo francês de desenvolvimento local, adotados nos últimos quinze anos pelo conjunto de territórios rurais periurbanos ou aqueles localizados em região montanhosa. Esse modelo tende a se tornar uma norma, que

os idealizadores e realizadores de projeto reproduzem: seu caráter inovador tende a desaparecer, em função de sua difusão massiva e das subvenções que se associam a sua implantação. No núcleo desse modelo, contudo, os atores ainda introduzem práticas inovadoras, micro-inovações no seio da própria inovação.

Nessa perspectiva, uma outra estratégia inovadora organizacional apóia-se na pluriatividade. Contrariamente às formas tradicionais de pluriatividade rural, essa estratégia permite a diversificação e a flexibilização da oferta, conduzindo à ampliação da demanda num processo de adaptação acentuada. Tal estratégia baseia-se tanto no desenvolvimento de várias atividades centradas em uma temática comum, quanto no complemento ou enriquecimento da atividade principal, por meio de sua associação a diferentes atividades de produção ou serviço.

A atividade de produção pode assim ser completada por uma oferta de serviços: a inovação visa a não restringir a comercialização ao simples ato de venda, ao inscrevê-la no âmbito de um serviço global. A tomada de responsabilidade sobre o conjunto da estrutura de produção e de comercialização pode assim ser completada por uma atividade local de recepção a clientes. A gestão de hospedagem residencial em quartos ou moradias independentes gera um complemento financeiro amplamente adotado pelos moradores e encorajado pelo fisco. Outras atividades de turismo receptivo, como estágios de iniciação ao artesanato ou temporadas em fazendas, podem igualmente constituir uma diversificação da atividade de produção principal.

No caso das atividades ligadas às novas tecnologias de informação e de comunicação, a diversificação é sinal de flexibilidade. A forte precariedade desse tipo de atividade e seu caráter eminentemente efêmero levam os realizadores de projeto a ampliarem o leque de produtos ou de serviços propostos, estendendo-o, por vezes, a áreas radicalmente diferentes, fato que traduz uma nítida preocupação de viabilidade para com o empreendimento.

Nesse contexto, a pluriatividade, como inovação individual, encontra esteio nos

procedimentos coletivos de associação de atividades ou parcerias. As associações clássicas entre produtores agrícolas, ou entre produtores e vinicultores, estabelecem-se em torno do “território” ou do “terreno”, tomado como denominador comum, e, no mais das vezes, destinam seus produtos aos turistas em veraneio. Contudo, outros tipos de parcerias inovadoras atraem uma clientela mais abrangente, como ocorre com os postos de venda e/ou de serviço que propõe várias atividades e/ou produtos complementares. Por exemplo, a associação entre um restaurante e um vinicultor; entre um quiosque de alimentação rápida e um produtor agrícola; entre um bar para degustação e artistas. Os atores econômicos demonstram sua capacidade de adaptarem a oferta à demanda sazonal, assim como sua vontade de diferenciação e sua consciência de estarem engajados em uma competição que atua na escala da aglomeração, e mais além. A vocação turística e agro-econômica local, que tende a uniformizar esses territórios, é reavaliada através de cada uma das novas associações de atividades.

Esse tipo de procedimento coletivo intervém, com frequência, no exato limite das possibilidades de ação individual, e corresponde, em primeiro lugar, à impossibilidade enfrentada pelos produtores de se equiparem individualmente a fim de implementarem a qualidade e a produtividade, ou preencherem todas as etapas da cadeia de produção e comercialização. A ação coletiva também responde à dificuldade de se construir uma reputação baseada em um único produto ou serviço, em um único nome, em um único território.

A constituição de um projeto coletivo varia aqui do simples empréstimo de material, da compra em comum de máquinas para agricultores e outros produtores, à construção de uma verdadeira estratégia de produção e de venda, baseada no cômputo das exigências e das possibilidades de cada um, na identificação comum dos objetivos e na avaliação das vantagens trazidas por um projeto em comum. A dificuldade de estabelecimento de uma ação coletiva em concerto resolve-se, geralmente, pela criação de instituições destinadas a regular e a gerir o empreendimento coletivo.

## Inovações Institucionais

A valorização dos produtos, a construção de uma imagem positiva, a ampliação ou a melhoria da oferta, são sistematizados em processos de inovação institucional, que se inscrevem, no mais das vezes, no âmbito dos projetos coletivos. A inovação institucional constitui, então, uma estratégia de desenvolvimento das atividades econômicas locais, um modo de valorização recíproco das iniciativas coletivas e individuais.

Neste estudo, duas formas de inovação institucional interdependentes devem ser sublinhadas. A primeira refere-se à constituição de grupos de produtores ou de empreendedores fora da jurisdição de cooperativas. Essa opção implica acertos e reflexões sobre os objetivos e os meios disponíveis para um desenvolvimento econômico coletivo. A segunda forma refere-se ao estabelecimento de contratos coletivos ou, até mesmo, rótulos de padrão de qualidade do tipo A.O.C (Denominação de Origem Controlada), que permitem um reconhecimento externo e uma garantia para o consumidor.

Entre os vários casos de figura, a valorização do vinhedo Pic Saint-Loup, no cantão de Claret, é particularmente significativo, pois implicou dois tipos de inovação institucional. Nesse cantão, a atividade vinícola é dominante e, desde muito tempo, a produção concentra-se nas cooperativas de cada vilarejo. Dessa forma, o vinho resultante é de qualidade média, e o vinhedo goza de baixa reputação. No entanto, há mais de dez anos – essa é uma tendência que se observa no conjunto dos vinhedos da região do Languedoc-Roussillon –, produtores recém-chegados (em pequeno número inicialmente, um maior número hoje em dia: mais de quarenta em 2001) criaram suas próprias caves, a fim de privilegiar a qualidade ao detrimento da quantidade, e oferecer concorrência aos vinhos espanhóis e italianos, mas também aos franceses. Vale observar que, na França, há um grande número de subvenções nacionais, regionais ou municipais, destinadas a projetos individuais baseados no desenvolvimento agrícola alternativo. Essas inovações organizacionais, conduzidas individualmente, permitiram melhorar a qualidade do vinho produzido

localmente, mas indicaram a necessidade de ampliação, ou mesmo de institucionalização, da dinâmica implantada.

Observam-se dois patamares, portanto, nesse procedimento: um individual e um coletivo. Individualmente, cada vinicultor replantou e recuperou seu vinhedo, melhorou a qualidade das uvas, aperfeiçoou seu método de vinificação, iniciou a produção de bons vinhos, etc. O reconhecimento público do vinho depende, inicialmente, da qualidade: o vinicultor apresenta-se em concursos e provoca assim o interesse dos consumidores, dos sommeliers, dos jornalistas especializados. O procedimento coletivo é, por sua vez, uma questão de imagem: esses vinicultores fazem parte do Sindicato A.O.C. do Pic Saint-Loup, que eles contribuíram a dinamizar; com base em iniciativas individuais, criou-se a Denominação de Origem Controlada "Pic Saint-Loup" e valorizou-se a imagem da denominação, com um importante trabalho de publicidade e de marketing. Em um procedimento similar, esses vinicultores são membros também do Sindicato dos Côteaux do Languedoc. A denominação e os sindicatos – inovações coletivas – contribuem ao apresentarem uma imagem de qualidade global, e cada vinicultor reforça essa imagem, individualmente, ao produzir um vinho de qualidade, assim reconhecido pelo público consumidor. Há uma verdadeira dinâmica coletiva que, em caso algum, apagará as especificidades individuais.

Essa dinâmica contribui a especificar e a sustentar um leque de atividades locais, criando um forte laço entre atores e território. Por outro lado, esse tipo de ação expande-se pelo território: os novos vinicultores reverteram as regras locais do jogo, levando os tradicionais vinicultores, confrontados ao risco de eliminação do mercado, a buscarem modernização e qualidade.

Esse tipo de dinâmica obriga também as cooperativas vinícolas a se engajarem pela valorização dos produtos. O Sindicato "Les Côteaux du Pic" reúne três cooperativas e mais de trezentos produtores. Com uma preocupação de eficácia e produtividade, as tarefas foram repartidas. Hoje a cave conta com um centro de coleta de uvas em Notre Dame de Londres, um posto de vini-

ificação e de estocagem em Valflaunès e um posto de vinificação, estocagem e engarrafamento em Saint Mathieu de Trévières. Um importante trabalho de comunicação social também foi implantado, por intermédio da internet, apresentando o projeto cooperativo, assim como as diversas técnicas utilizadas na produção de vinho. Preserva-se a responsabilidade pessoal do agricultor, enquanto o grupo torna-se a instância de gestão da diversidade de interesses e necessidades entre os produtores. O rótulo de qualidade contribui, assim como o Sindicato, a regular e a normalizar o conjunto das iniciativas individuais.

Um contrato tácito liga os produtores individuais ao projeto coletivo e a seus atores. Esse contrato os incita ao respeito do regulamento coletivo, que fixa as modalidades de produção e exige conformidade ao grupo. O projeto coletivo é, entretanto, evolutivo: modificações podem ocorrer, inovações suplementares, ajustes. Esses aspectos revelam o papel real e crucial das inovações organizacionais individuais na construção das inovações institucionais coletivas.

Um outro exemplo de inovação institucional é o Contrato Territorial de Exploração, novo instrumento concebido na Lei de Orientação Agrícola de 1999, que visa auxiliar agricultores que se engajem em sistemas de produção de interesse coletivo, os quais necessitam de uma participação financeira da sociedade em contrapartida aos engajamentos assumidos, por não poderem ser totalmente remunerados pelo mercado. A inovação inscreve-se nos objetivos de luta contra a erosão e os incêndios, de manutenção e embelezamento da paisagem, de melhoramento da qualidade dos vinhedos, de limitação de renda e de replantação de técnicas de cultivo.

Assim, um procedimento experimental de agro-silvicultura, conduzida por um agente individual em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisa Agrônômica, integrou-se nesse projeto de interesse coletivo denominado Contrato Territorial de Exploração. Esse projeto traz à cooperativa de Pic Saint-Loup e ao realizador individual de projeto uma ajuda de 26.500,00 Euros, com pagamento escalonado em cinco anos. O agricultor, desde sua instalação em julho de 1998, expandiu a

superfície explorada a 26 ha, e engajou-se no processo de reestruturação de seu vinhedo. Ele assinou, paralelamente, um contrato temporário de exploração, válido por doze anos, com a administração departamental do Hérault, a fim de explorar 7 ha de vinhedos e florestas, que formam uma cintura em torno do castelo de Restinclières.

Nas parcelas de vinhas assim estabelecidas, dois tipos de experimentos são hoje conduzidos sob a direção do Instituto Nacional de Pesquisas Agrícolas e da Escola Nacional Superior de Artes e Ofícios, com culturas estritamente limitadas pela administração pública. Nesse contexto, ao lado de uma nova casta de uvas, experimenta-se a agro-silvicultura – nova expressão para uma velha prática que consiste em fazer cohabitarem oliveirais ou árvores frutíferas com vinhedos, com o objetivo de manter o equilíbrio do biótopo pelo respeito da diversidade e pela redução do consumo de adubo. Além dos resultados encorajadores relacionados ao objetivo primeiro, a exploração revelou inúmeras outras vantagens como, por exemplo, um efeito de corta-vento e de microclima, uma redução da erosão dos solos e, também, uma forma bastante eficaz para limitar o rendimento, pois o acordo coletivo estabelecido pela cooperativa limita a produção a 40 hl/ha.

O Contrato Territorial de Exploração mostra-se inovador no tangente a aspectos organizacionais e técnicos. Essa experiência, única nos territórios que pesquisamos, permite ilustrar o caráter complementar de projetos individuais e coletivos, em relação ao desenvolvimento econômico local. A inovação reside aqui na importância dos projetos implantados, e na combinação dos interesses individuais, coletivos e ambientais. A instituição suscita inovações cuja natureza e organização são por elas orientadas.

Por outro lado, a inovação institucional pode, por vezes, funcionar como freio, como ocorre no caso da criação de ovinos. Assim, o exemplo da ovinocultura responde aos mesmos processos em uma configuração ainda mais distinta: os três ovinocultores residentes no território deste estudo vendem cordeiro de leite (cordeiro ainda não desmamado, pesando entre 8 e 12 kg) e sublinham

os riscos de sua situação precária, em razão das importações massivas de carneiro da Nova Zelândia. Suas atividades são ameaçadas também pela forte pressão imobiliária que sofrem os territórios periurbanos. Esses três ovinocultores fazem farte de um grupo de produtores que, para transporem suas dificuldades, já haviam se reunido, logo após a segunda Grande Guerra, em reação às práticas abusivas dos comerciantes intermediários. Nesse processo, uma carta de intenção de qualidade foi redigida e assinada pelo conjunto dos produtores, fato que credibiliza e institucionaliza uma carne de qualidade, produzida segundo uma tradição territorial. Da mesma forma, os produtores assumem também a responsabilidade pela publicidade e pela comunicação.

Os processos são, como se vê, praticamente os mesmos adotados nos vinhedos de Pic Saint-Loup; contudo, uma diferença de envergadura deve ser sublinhada: o grupo, criado há 50 anos, é hoje em dia administrado por assalariados, não-agricultores; a inovação institucional é, portanto, antiga. Além do mais, o grupo baseia-se na cidade de Nîmes, relativamente distante, e a área de abrangência da instituição é maior, pois o tamanho reduzido dos rebanhos explica a necessidade de se ampliar o território de competência do grupo. Assim, a dinâmica e a sinergia necessárias a projetos coletivos, assim como a possibilidade de compartilhar responsabilidades, atenuam-se e dificultam mudanças de comportamento. Dessa forma, os agricultores encontram-se diante da barreira representada pela institucionalização de uma importante inovação: o funcionamento em cooperativa. A instituição constitui aqui um freio à inovação e à iniciativa dos atores, na medida em que não mais se inscreve de forma complementar quanto aos projetos individuais, mas se apresenta, antes, como um organismo de controle e de gestão, mais repressivo do que criativo. Ela também dificulta a constituição de procedimentos coletivos que valorizem as redes de proximidade, e contribui para a expansão da distância simbólica entre projetos individuais e concepção de um projeto coletivo inovador.

Esses três exemplos são particularmente significativos e ilustram três tipos de

dinâmicas institucionais. No primeiro exemplo, a inovação organizacional é o motor da inovação institucional que se constrói, coletivamente, com base em vontades individuais. No segundo exemplo, a inovação institucional é o motor, dando início a inovações individuais e coletivas de variados tipos. Nesses dois casos, inovações organizacionais e institucionais inscrevem-se em uma dinâmica de complementaridade e de interdependência. No terceiro caso, no entanto, a instituição constitui um freio à inovação e à iniciativa dos atores, na medida em que não mais se inscreve em complementaridade aos projetos individuais, tornando-se apenas um organismo de controle e de gestão.

### Considerações finais

Da análise dos casos apresentados neste estudo, decorre a seguinte questão: a complementaridade dos projetos individuais e coletivos seria a chave para o desenvolvimento local na área periurbana de Montpellier?

O estabelecimento de projetos individuais ou coletivos a partir da especificidade do território produz uma verdadeira dinâmica inovadora, passível de determinar processos de mudança territorial. Os agentes locais participam inicialmente para estabelecer um território coerente quanto à organização e à natureza das atividades econômicas nele desenvolvidas. Dessa forma, eles especializam seu território no desenvolvimento de atividades que levam em conta a reorganização territorial por intermédio da mobilidade e, ao mesmo tempo, utilizam a mobilidade como vetor de territorialização. Essas atividades, mesmo que não se agrupem em torno de um projeto comum, participam assim a definir, interna e externamente, um território econômico periurbano. A dinâmica inovadora, contudo, ultrapassa a simples agregação de interesses individuais. Dinâmicas de inovação individual e coletiva, de inovação organizacional e institucional parecem participar de um mesmo sistema inovador. A inovação institucional exerce um papel crucial, validando e perenizando as inovações organizacionais.

PROJETOS INDIVIDUAIS	PROJETOS COLETIVOS
INOVAÇÕES ORGANIZACIONAIS	INOVAÇÕES INSTITUCIONAIS
<b>Valorização</b> da qualidade do produto <b>Pluriatividade:</b> diversidade/flexibilidade <b>Venda em domicílio</b> (autonomização na estrutura de comercialização)	<b>Rótulos de qualidade</b> /contratos <b>Parcerias:</b> ofertas e imagem coletivas. <b>Agrouamento de Produtores</b> (relativa perda de autonomia na estrutura de produção)
<b>DEPENDÊNCIA - COMPLEMENTARIDADE</b>	

Fig.1 Dependência e complementaridade das inovações institucionais e organizacionais.

Os processos se constituem de forma sistêmica, e participam na sustentação e na intensificação de uma dinâmica econômica que não se deve unicamente à agregação de iniciativas individuais, mas que decorre de uma verdadeira dinâmica territorial. O sistema formado por essas inovações institucionais e organizacionais, produzidas pelo território e pelos produtores aí instalados, participa das mudanças territoriais periurbanas. Tal sistema permite a construção simultânea de uma dinâmica econômica e de um território, processo a que se dá o nome de desenvolvimento local. As atividades econômicas participam de uma construção simultânea individual e coletiva de um projeto pessoal e territorial, e assim se situam

no espaço de articulação entre projetos pessoais conduzidos por indivíduos e dinâmicas territoriais em toda sua extensão.

Nessa perspectiva, pode-se dizer que, por intermédio dos processos de inovação, os territórios rurais periurbanos estão aptos a transformar sua situação de território periférico em múltiplas vantagens para o processo de desenvolvimento local, participando ampla e especificamente da dinâmica dos territórios metropolitanos circunvizinhos.

N.d.E.: A autora pertence ao Centro Nacional da Pesquisa Científica, Unidade Mista de Pesquisas "Ordenamento, Desenvolvimento, Meio Ambiente, Saúde e Sociedades" (CNRS/UMR-ADES), França. O presente trabalho foi traduzido do original, em francês, por Marcelo Marinho (UCDB).

**Nota:**

<sup>1</sup>O sistema de controle de produção de vinhos franceses, denominado Appellation d'Origine Controlée, surgiu em 1936, para associar cada vinho a seu local de produção (com suas respectivas características de solo, taxa de incidência solar, índice pluviométrico e humidade relativa do ar, etc.). Também a produção por hectare, a permissão de plantio de castas e a técnica de vinificação são estritamente controladas. O organismo responsável pelo controle é o INAO, o Institut National des Appellations d'Origine.

**Bibliografia**

CADENE, Philippe. *Les couronnes périurbaines: des périphéries au coeur des dynamiques urbaines*. Manuscrito inédito.

CADENE, Philippe. *Conflits sociaux et rivalités paysannes pour l'espace périurbain-une analyse des processus du changement autour des dix grandes agglomérations françaises*. Tese de Doutorado. Toulouse: Université de Toulouse-le-Mirail, 1985.

DUGRAND, Raymond. *Garrigue montpelliéraine (la)*. Paris: P.U.F., 1964.

GUIGOU, Jean-Louis. *Une ambition pour le territoire*. La Tour d'Aigues: Editions de l'Aube, 1995.

KAYSER, Bernard. *La renaissance rurale*. Paris: Armand Colin, 1990.

MULLER, Pierre; FAURE, Alain; GERBAUX, Françoise. *Les Entrepreneurs ruraux*. Paris: L'Harmattan, 1989.

PECQUEUR, Bernard. *Le développement local*. Paris: Syros, 2000 [1989].

VALETTE, Elodie. *Pour une approche géographique de l'innovation sociale. L'exemple des territoires ruraux périurbains de la garrigue nord-montpelliéraine*. Tese (Doutorado) - Université de Paris VII - Denis Diderot, Paris, 2003.

VOLLE, Jean-Paul. *Ville et région. Approches de la question urbaine en Bas-Languedoc*. Tese (Doutorado) - Toulouse: Université de Toulouse-le-Mirail, 1996.